

**AFRICAN UNION**

**الاتحاد الأفريقي**



**UNION AFRICAINE**

**UNIÃO AFRICANA**

---

**Addis Ababa, Ethiopia P. O. Box 3243 Telephone: 5517 700**

**Fax: 5517844**

**Website: [www.au.int](http://www.au.int)**

---

**CONSELHO EXECUTIVO**

**Vigésima Sétima Sessão Ordinária**

**7 – 12 de Junho de 2015**

**Joanesburgo, ÁFRICA DO SUL**

**EX.CL/899(XXVII)**

**Original: Inglês**

**RESULTADOS DO RETIRO DO CONSELHO EXECUTIVO REALIZADO  
EM SANDTON SOBRE O PRIMEIRO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO  
DECENAL DA AGENDA 2063**

## RESULTADOS DO RETIRO DO CONSELHO EXECUTIVO REALIZADO EM SANDTON SOBRE O PRIMEIRO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DECENAL DA AGENDA 2063

### A. INTRODUÇÃO

1. Em conformidade com as recomendações do primeiro Retiro do Conselho Executivo da União Africana que foi realizado em Bahir Dar, Etiópia, em Janeiro de 2014, decidiu-se realizar Retiros regulares. A realização de Retiros Ministeriais regulares tem como premissa a necessidade de proporcionar ao Conselho Executivo a oportunidade para apresentar questões de natureza estratégica que o continente enfrenta com a devida antecedência, para permiti-los trocar pontos de vista e opiniões e mais importante interiorizar esses pontos de vista antes do início da sessão formal do Conselho. As recomendações estabeleceram, igualmente, o Comité de Acompanhamento do Retiro Ministerial de Bahir Dar para fiscalizar a implementação das decisões do Retiro.
2. Desde então, realizou-se duas reuniões do Retiro Ministerial de Acompanhamento cujos relatórios foram submetidos ao Conselho Executivo na sua reunião de Janeiro de 2015 em Adis Abeba, Etiópia, que decidiu convocar o próximo Retiro Ministerial durante a Cimeira da UA de Junho de 2015, na África do Sul.
3. Os discursos de abertura que foram proferidos por S.E. Simbarashe S. Mumbengegwi, Presidente do Conselho Executivo e por S.E. a Dr. Nkosazana Dlamini Zuma, Presidente da Comissão da Comissão da União Africana, enfatizaram a necessidade de África envidar esforços orientados para o alcance dos objectivos da Agenda 2063.
4. O Retiro centrou-se nas áreas prioritárias que visam posicionar a União Africana para responder às expectativas da Agenda 2063 da UA, com linhas gerais claras do Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063.
5. Entre outros aspectos, o Retiro comprometeu-se em prosseguir com todos os processos que iriam permitir a materialização das Zonas de Comércio Livre Continental de África (ZCLC), desenvolver o seu mercado interno e redefinir o seu regime de tarifas sobre bens importados e as matérias-primas de África. Houve um entendimento de que a livre circulação de pessoas, bens e serviços sustentada por factores impulsionadores da circulação e comércio iriam acelerar o desenvolvimento e o comércio de África; o Retiro Ministerial abordou questões fundamentais que irão melhorar a materialização da Agenda 2063 e consideradas necessárias para a materialização dos objectivos de desenvolvimento e a integração de África.
6. Para a prossecução do seu desenvolvimento e a agenda de integração, o Retiro concordou sobre a necessidade do Conselho Executivo reunir-se constantemente para desenvolver estratégias sobre a melhor forma de simplificar as Cimeiras da UA em prol de uma maior produtividade e gerir melhor os seus métodos de trabalho. O Retiro identificou mecanismos que deveriam melhorar a harmonização da dinâmica do Ensino Superior de África e as qualificações com vista a providenciar

um processo comum, aceitação e reconhecimento das credenciais que irão facilitar a transferência de conhecimentos, competências e perícia no continente;

7. Deliberou-se sobre as questões relacionadas com a interacção de África ao nível multilateral, bem como a necessidade de África desenvolver estratégias que iriam proporcionar maior ímpeto ao processo inter-governamental de negociação do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

8. O Retiro Ministerial concluiu com os resultados orientados para o futuro e com um roteiro considerado necessário para melhorar a materialização dos objectivos de desenvolvimento e integração de África.

9. As deliberações detalhadas sobre estas questões são apresentadas mais adiante nos parágrafos abaixo.

## **B. DELIBERAÇÕES E RESULTADOS DO RETIRO MINISTERIAL**

### **LIVRE CIRCULAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**

10. A sessão destacou os desenvolvimentos dentro do sistema económico internacional começando com o Tratado de Marrakesh, em 1944, a facilitação do comércio, em sequência, e a Zona de Comércio Livre Continental (ZCLC) previsto a entrar em vigor em 2017, como um motor de crescimento e desenvolvimento para o continente. Existem indicações de que o comércio intra-africano é actualmente de 12%, e a participação da África no comércio mundial situa-se numa cifra magra de 3%, instando assim, aos Estados-Membros a implementar a ZCLC, que deveria ser a primazia sobre as melhores práticas e com base numa "geometria variável". Assinalou-se igualmente que a COMESA desenvolveu uma enorme variedade de mecanismo de facilitação do comércio, que deveria ser replicado ao nível continental.

11. Na sequência dos debates, o Retiro concordou com o seguinte:

- i. Os Estados-Membros deveriam promover comércio Intra-Africano e as questões de capacidade produtiva para o crescimento e desenvolvimento regional e ao estabelecimento rápido das Zonas de Comércio Livre Continental (CFTA) e a sua operacionalização;
- ii. Os Estados Membros deveriam urgentemente rever o seu regime tarifário e desmantelar todas as barreiras não-tarifárias;
- iii. Há necessidade de promover o empoderamento da mulher, de modo a facilitar o comércio transfronteiriço através da emissão de cartões de identificação especial para as mulheres comerciantes que lhes permite o acesso ao mercado nos outros países, e efectivamente reduzir o trabalho penoso nos postos fronteiriços de forma a melhorar o comércio nas fronteiras;
- iv. Os Estados-Membros deveriam focalizar se no investimento em cadeias de valor, e dar tratamento preferencial aos investidores de África, e promover marcas africanas (feitas em África) para a África, a fim de juntar-se às cadeias globais de valor. Nesse respeito, incentivar respeito para o Estado de direito

nos Estados-Membros, a fim de criar a confiança necessária e entre os investidores;

- v. Há uma necessidade de protecção dos Direitos de Propriedade Intelectual para o Fortalecimento para a salvaguardada inovação e de padrões Africanos;
- vi. Há uma necessidade de estabelecer um Fórum Económico Africano para os Homens de Negócio Africanos realizarem reuniões periódicas de modo a envolverem-se em debates que promovem a compreensão e que forjam laços com o sector privado em todo o continente. Para facilitar este processo criar um observatório de comércio para o fluxo livre de informações de comércio, bem como um Conselho Empresarial Africano;
- vii. Os Estados-Membros deveriam sensibilizar os Embaixadores Africanos em Genebra sobre as questões relacionadas com as negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), a fim de forjar uma posição comum Africana com vista a alterar as regras da OMC e torná-las menos pesadas, e propor com urgência mecanismos para a realização duma Conferência de Comércio Africano das dimensões da OMC em África.
- viii. Uma vez que a força da África reside na sua unidade, não há necessidade de garantir que a África fale numa só voz sobre as questões relacionadas com as negociações da OMC. A este respeito, os Ministros dos Negócios Estrangeiros deveriam trabalhar com os seus homólogos no Ministério do Comércio para garantir coordenação eficaz.

## **LIVRE CIRCULAÇÃO DE PESSOAS**

12. A Sessão centrou-se nas questões relacionadas com as políticas e estratégias nacionais de migração, suas oportunidades e importância de encarar os desafios para permitir a livre circulação de pessoas em África. A Sessão destacou igualmente as questões relativas aos receios injustificados dos criminosos, das ameaças à segurança nacional, para citar apenas alguns que afectaram em termos negativos o apoio dos países africanos para acelerar a implementação da livre circulação em África.

13. Na sequência dos debates, o Retiro decidiu o seguinte:

- i. Os Estados-membros devem ser encorajados a começar a emitir vistos aos africanos à chegada nos portos de chegada e, em termos práticos, embarcar no princípio da reciprocidade onde aqueles países que permitem a livre circulação devem obter o mesmo gesto;
- ii. Os Estados-membros devem começar a oferecer a todos os africanos as mesmas oportunidades que concedem aos cidadãos dos países localizadas nas suas respectivas Comunidades Económicas Regionais (CER);
- iii. Os Estados-membros, em colaboração com a Comissão, devem empenhar-se no processo de desenvolvimento de capacidades para gerir o fluxo migratório

transfronteiriço, uma vez que esta situação tende a crescer, sobretudo entre as mulheres e os jovens;

- iv. A Comissão deve assegurar que o quadro da Agenda 2063 integre uma componente que a Livre Circulação de Pessoas tenha a inclusão expressa da perspectiva do género e da emancipação dos grupos vulneráveis (mulheres, jovens e pessoas com deficiência);
- v. A Comissão deve realizar uma pesquisa global sobre a livre circulação de pessoas para gerar dados empíricos que servirão de base para o desenvolvimento da Comunidade Económica Africana, suas estruturas, recursos e outras exigências, etc., para a sua execução;
- vi. A Comissão, em colaboração com o Comité dos Representantes Permanentes (CRP), deve organizar urgentemente um Retiro do Conselho Executivo para analisar a questão da livre circulação de pessoas em África.
- vii. A Comissão deve organizar uma Reunião dos Altos Funcionários para validar o Estudo e explorar a implementação eficaz das Constatções.

## **HARMONIZAÇÃO DAS QUALIFICAÇÕES E ENSINO SUPERIOR EM ÁFRICA**

14. A Sessão destacou os esforços feitos na promoção e no reforço da harmonização e padronização do ensino em África, mas também esclareceu a diferença entre as duas.

15. Seguindo as discussões, o Retiro concordou sobre o seguinte:

- i. Os Estados-membros devem criar um mecanismo harmonizado para garantir que o ensino superior em África seja compatível, comparável, com aceitabilidade e reconhecimento claro dos créditos que facilitem a transferência do conhecimento, de competências e experiências;
- ii. Criar um mecanismo sobre modalidades práticas para empoderar a mulher e a juventude africanas na educação e incentivar o seu crescimento sustentável na aquisição do conhecimento. Neste diapasão, garantir que as questões relativas à tradição, estado e relevância do ensino em vários países africanos sejam tomados em consideração nos processos de harmonização do ensino;
- iii. Incluir programas de intercâmbio e auto-emprego nos currículos de educação, ao mesmo tempo que se garante que os processos de harmonização sejam também usados como instrumentos de combate às barreiras linguísticas;
- iv. A Comissão deve assegurar que as questões de harmonização do ensino sejam características constantes na agenda dos Comités Técnicos Especializados (CTE), de modo a permitir que os Ministros responsáveis dêem contribuições e recebam respostas sobre a matéria;

- v. Os Estados-membros e o Sector Privado devem apoiar o financiamento da investigação nas áreas chave do conhecimento, especialmente em ciência e tecnologia, que permitirão os africanos a encontrar solução para os problemas africanos.

## **70º ANIVERSÁRIO DAS NAÇÕES UNIDAS E A SITUAÇÃO DO MULTILATERALISMO**

16. A Sessão destacou os princípios básicos do multilateralismo que devem estar baseados na equidade, inclusão, desenvolvimento sustentável e melhoria das condições. Além disso, enfatizou-se que a voz de África deve ser ouvida em relação às questões de interesse para o continente, realçando que o Consenso de Ezulwini deve ser promovido e não sujeito às negociações.

17. Na sequência dos debates, o Retiro concordou sobre o seguinte:
  - i. Sobre a importância do sistema multilateral baseado no princípio de equidade, inclusão, desenvolvimento sustentabilidade, melhoria das condições humanas baseadas na igualdade dos Estados.
  - ii. O Conselho Executivo deve reunir-se para avaliar o progresso alcançado no processo de Reformas das Nações Unidas e desenvolver urgentemente estratégias e táticas claras que iriam garantir que a injustiça histórica contra África sobre os dois assentos permanentes, com poder de veto no Conselho de Segurança da ONU, seja novamente abordada.
  - iii. África deve continuar a trabalhar conjuntamente, falar com uma única voz e desempenhar um maior papel para dar ímpeto às Negociações Intergovernamentais no contexto da Assembleia-geral das Nações Unidas em Nova Iorque.
  - iv. Continuar a falar com uma voz e trabalhar juntamente em questões estratégicas tais como o Financiamento para o Desenvolvimento, a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, as Alterações Climáticas e a Conferência Internacional sobre Comércio;

## **RACIONALIZAÇÃO DAS CIMEIRAS DA UA E OS MÉTODOS DE TRABALHO DA UNIÃO AFRICANA**

18. A Sessão centrou-se na Racionalização das Cimeiras da UA, particularmente em questões relacionadas, entre outras, com o número de convidados; a duração da Agenda e a Cerimónia de Abertura; o número de Decisões e os Eventos Paralelos; os métodos de trabalho e o Regulamento Interno dos Órgãos Deliberativos; a organização das Cimeiras em relação aos Órgãos Deliberativos e os Comitês Técnicos Especializados (CTE) inerentes à definição de funções, sobre as decisões da Cimeira, a realização das cerimónias de abertura da Cimeira, os Convites e os convidados à Cimeira, as reuniões dos Subcomitês da Conferência e os Eventos Paralelos à margem das Cimeiras, as relações com as CER, como Blocos Fundamentais da União e, por último, a questão da racionalização do Regulamento Interno e os Métodos de Trabalho da União. O Retiro recomendou que o Relatório do

Estudo Comparativo sobre os Métodos de Trabalho da União Africana seja submetido ao Comité Ministerial de Acompanhamento sobre a Implementação da Agenda 2063 para a sua análise antes de ser apresentado ao próximo Retiro Ministerial e subsequentemente ao Conselho Executivo.

19. Na sequência dos debates, o Retiro concordou sobre o seguinte:
  - i. Reafirmou a importância de realização do Retiro ao nível Ministerial pelo menos uma (1) vez por ano, como mecanismo de construção de consensos entre os Ministros;
  - ii. Reafirmou a sua decisão de que o Conselho Executivo deve se reunir para fazer acompanhamento da implementação das decisões tomadas;
  - iii. Necessidade de melhorar a gestão do tempo das suas Sessão para garantir a eficiência e eficácia, bem como assegurar que as reuniões tenham a participação em nível adequado e assegurar um compromisso ao nível mais alto para a tomada de decisões e consequente implementação efectiva;
  - iv. A tomada de decisão entre o Conselho Executivo e a Conferência deve ser delineada com clareza e a Conferência deve delegar os poderes de tomada de decisão e mandar o Conselho Executivo para tomar decisões, excepto as principais questões estratégicas;
  - v. Os Comités Técnicos Especializados (CTE) sejam empoderados a tomar decisões finais e vinculativas sobre questões no âmbito da sua competência, excepto quando houver implicações financeiras e estruturais conexas;
  - vi. A Cimeira deve focalizar sobre as questões de políticas estratégicas tais com assuntos de paz e Segurança, Governação e Financeiras;
  - vii. Ao fazer assim, a Conferência pode querer considerar a realização de “sessões à porta fechada” para discutir alguns assuntos estratégicos acompanhados por um ou dois membros das suas delegações, conforme o requeira o assunto a ser debatido; neste contexto, a Conferência também pode decidir convocar um formato de Retiro para ter tempo suficiente de deliberar sobre assuntos estratégicos e interagir entre si;
  - viii. As Comunidades Económicas Regionais devem ser permitidas que participem nas deliberações das Cimeiras para partilhar experiências, sucessos e dificuldades no avanço da agenda de integração continental;
  - ix. É importante de continuar com as duas Cimeiras, contudo, elas devem ser racionalizadas, com uma a concentrar-se nas Questões Políticas com os parceiros, de acordo com o Regulamento Interno; e a outra Cimeira a concentrar-se na implementação das decisões;
  - x. Os Subcomités da Conferência dever apresentar relatórios apenas a uma única sessão por ano; e os membros destes subcomités devem ser rotativos de entre 2-3 anos a fim de permitir a partilha do fardo;

- xi. As Sessões de Abertura da Conferência devem ser conduzida no estilo de reuniões de negócios e de acordo com o Regulamento, com APENAS o Secretário-Geral das Nações Unidas e o Presidente da autoridade Palestina, com base nas solidariedade histórica Africana com a sua luta, a ser permitidos dirigir-se à Conferência em Pessoa;
- xii. Outros Convidados de Honra devem ser dados plataformas alternativas, no lugar das Sessões de Abertura, para se dirigirem aos Chefes de Estado e de Governo;
- xiii. Existe necessidade de alocar recursos adicionais para interpretação e tradução a fim de aumentar o número do pessoal na Direcção e assegurar que os documentos sejam adequadamente traduzidos e estejam prontos a tempo.

### **PRIMEIRO PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO DECENAL DA AGENDA 2063**

20. Em relação ao Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063, a Sessão enfatizou a necessidade do seu alinhamento com os quadros continentais visões nacionais existentes e realçaram a necessidade de inclusão, particularmente em termos do envolvimento da Mulher e da Juventude e inclusão de questões dos Estados Pequenos Insulares, bem como a necessidade de internalização pelos estados-membros e Instituições Regionais.

21. Constatou-se a falta de capacidade de implementação da Agenda 2063 bem como a necessidade de uma maior clareza sobre os papéis e responsabilidades de Instituições Continentais e Regionais. Além disso, reconheceu-se que há necessidade de medidas que fortaleçam a mudança da mentalidade através da educação e aquisição do conhecimento.

22. Na sequência dos debates, o Retiro acordou no que segue:

- i. A Conferência deve adoptar o Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063, tendo em conta as contribuições dos Estados-membros e com a compreensão que o documento sofrerá um contínuo aperfeiçoamento, considerando a necessidade do alinhamento com os quadros continentais e as visões nacionais, bem como a inclusão, particularmente em termos do envolvimento das Mulheres e dos Jovens, das necessidades dos pequenos Estados Insulares, dos novos riscos e ameaças, das capacidades existentes e do financiamento disponível;
- ii. Importância da apropriação da Agenda 2063 e do Plano de Implementação Decenal pelos Estados-membros e as CER e, portanto, necessidade de tomarem-se medidas para popularizar a Agenda 2063 e facilitar a sua integração nos planos nacionais e nos quadros regionais. A Comissão deve continuar a trabalhar com os Estados-membros e as CER na integração do Primeiro Plano de Implementação Decenal;



- iii. Necessidade de apresentar uma estratégia global para abordar o défice de capacidades a todos os níveis com vista à implementação do Plano de Implementação Decenal;
- iv. A Comissão deve continuar a empenhar-se em acções necessárias para a rápida finalização do trabalho de avaliação de capacidades, incluindo no nível importante dos Estados-membros tendo em vista um Documento de Avaliação de Capacidades consolidado e um Plano de Desenvolvimento de Capacidades; destacar as aptidões críticas e a formação necessária, bem como os mecanismos para envolver as Universidades e o papel da juventude e das mulheres; para ser analisado na próxima Cimeira em Janeiro de 2016;
- v. A Fundação Africana de Reforço de Capacidades (ACBF) e as outras instituições, tais como a CEA e o BAD, devem continuar a prestar o apoio necessário em relação às dimensões do reforço de capacidades para a Agenda 2063
- vi. Os Estados-membros devem fornecer recursos financeiros e humanos adequados que permitirão a implementação do Primeiro Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063.

## **ENCERRAMENTO**

23. O Retiro Ministerial terminou com considerações do Presidente do Conselho Executivo, S.E. Simbarashe S. Mumbengegwi e da Presidente da Comissão da UA, S.E. Dr<sup>a</sup>. Nkosazana Dlamini Zuma, manifestando o seu agradecimento a todos os Ministros e participantes pelas suas valiosas contribuições, bem como ao governo da República da África do Sul pela hospitalidade e excelentes condições proporcionadas para o sucesso do Retiro.

24. Foi sublinhado que os resultados do Retiro serão apresentado e analisado pelo Conselho Executivo durante a sua 27<sup>a</sup> Sessão Ordinária, de 11-12 de Junho de 2015 em Joanesburgo, África do Sul.

2015

# Outcomes of the Sandston ministerial retreat of the executive council on the first 10-year implementation plan of agenda 2063

African Union

African Union

---

<http://archives.au.int/handle/123456789/4728>

*Downloaded from African Union Common Repository*